

Diário do Legislativo de 13/05/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41/2008, EM 26/3/2008

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a deliberar sobre proposição da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Wander Borges em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a proposta de tombamento da Estrada Real. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Wander Borges, Presidente - Delvito Alves.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE DEFESA SOCIAL, EM 9/4/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dimas Fabiano e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação aos Deputados e convida o Deputado Lafayette de Andrada para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição do Deputado Lafayette de Andrada para Presidente e do Deputado Sebastião Costa para Vice-Presidente. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossado como Presidente o Deputado Lafayette de Andrada, o qual é convidado a tomar assento à mesa e assume a direção dos trabalhos. O Deputado Lafayette de Andrada agradece a confiança nele depositada e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Sebastião Costa. Após, a Presidência avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, o que será feito por meio de edital de convocação, determina a lavratura da ata e encerra os

trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Sebastião Costa - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/4/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Elisa Costa e Gláucia Brandão e o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, com entidades e representantes do Movimento Negro do Estado de Minas Gerais, o Projeto de Lei nº 6.264/2005, do Senado Federal, que institui o Estatuto de Igualdade Racial e de discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria do Carmo Ferreira da Silva, Coordenadora do Fórum Intergovernamental de Promoção de Igualdade Racial da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Makota Célia Gonçalves Souza, Coordenadora do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro - CENARAB -; Maria das Graças Rodrigues Sabóia, Coordenadora Municipal para Assuntos da Comunidade Negra - COMACON -, e os Srs. Antônio Roberto, Deputado Federal, relator da Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial; Paulo Augusto dos Santos, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Marco Antônio de Jesus, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-; Williman Hestefany da Silva, Presidente do Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra; e Edson Moreira da Silva - Mestre Primo -, do Grupo Capoeira Yuna, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registram-se as presenças de Marco Antônio Cabral, Presidente da Associação do Movimento Cultural Negro de Manhuaçu, e Ronaldo Moreira de Araujo, Presidente Estadual do Congresso Nacional Afro-Brasileiro - Cnab-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - João Leite.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Weliton Prado (substituindo este ao Deputado Padre João, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.146/2008, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Vanderlei Jangrossi. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente redistribui o Projeto de Resolução nº 2.211/2008, no 1º turno, ao Deputado Weliton Prado. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Resolução nºs 2.150 e 2.207/2008 (relator: Deputado Chico Uejo) e 2.211/2008 (relator: Deputado Weliton Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.245 e 2.263/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Jangrossi e Getúlio Neiva em que pleiteiam seja solicitado ao Diretor-Geral do IMA e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a realização de estudos com vistas a alterar a lei de agrotóxicos relativamente às propostas que apresenta; e em que solicita seja encaminhado ofício à Rede Minas -TV Educativa - para divulgar, em caráter permanente, em sua programação, informações relacionadas ao uso adequado de agrotóxicos e à necessidade de recolher aos postos credenciados as embalagens utilizadas, segundo recomendações dos órgãos competentes; Vanderlei Jangrossi e Délio Malheiros em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para discutir as recentes denúncias veiculadas na imprensa de que análises feitas em alimentos constataram o uso de agrotóxicos acima do permitido; e do Deputado Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações e políticas referentes à agroecologia e à agricultura orgânica, como caminho para o desenvolvimento sustentável do Estado e a utilização indevida de agrotóxicos em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Getúlio Neiva - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo - Padre João.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EM 30/4/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Sebastião Helvécio, Antônio Júlio e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Jayro Lessa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente designa como relator, o Deputado Antônio Júlio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Ricardo Luiz Oliveira de Souza e a Sra. Sarah Costa Felix Teixeira, respectivamente, Coordenador de Política Tributária e Assessora da Superintendência Tributária da Secretaria de Fazenda, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Sebastião Helvécio, Presidente - Antônio Júlio - Zé Maia.

Às 9h45min, comparece no auditório da Câmara Municipal de Pitangui o Deputado Paulo Cesar, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir questões relativas à segurança pública no Município de Pitangui e região. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Maria Isabel de Abreu Corgosinho, Diretora Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, representando o Sr. Evandro Rocha Mendes, Prefeito Municipal de Pitangui; e os Srs. Messias Júlio de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Pitangui; Ten.-Cel. PM José Luís Oliveira Nunes, Comandante do 7º Batalhão da PMMG, de Bom Despacho; Augusto Costa Neto, Delegado Regional de Polícia Civil; Raimundo Cançado, Delegado de Pitangui; Vanderlei Capanema, Defensor Público; e Jânio Francisco das Chagas, Presidente da Amepe, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/5/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1, 2, e 10 a 17, que apresentou; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 9, apresentadas em Plenário, e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, dessa Comissão, e com as Emendas nºs 10 a 17, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o " Hino à Negritude ". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequiueiro (caryocar brasileiro) e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes dessa alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela juridicidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 13/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.181/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.886/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.130/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.139/2008, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.159/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.216/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.280/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.282/2008, do Deputado Sebastião Helvécio; 2.299, 2.300 e 2.301/2008, do Governador do Estado; 2.307/2008, dos Deputados Domingos Sávio, Antônio Carlos Arantes e José Henrique; 2.314/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.317/2008, do Governador do Estado; 2.321/2008, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 400/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.221/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.293/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.294/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.304/2008, do Deputado Chico Uejo; 2.306/2008, do Deputado André Quintão; 2.308 e 2.309/2008, do Deputado Padre João; 2.312/2008, do Deputado Zé Maia; 2.313/2008, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.315/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.320/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.322/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.325/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.363/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 13/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.705/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 2.297, 2.298, 2.299, 2.316 e 2.324/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.332/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.334/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.344, 2.348, 2.351, 2.354, 2.369, 2.375, 2.376, 2.379, 2.389, 2.390, 2.391 e 2.395/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.407/2008, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater a recuperação da pavimentação da BR-040, no trecho compreendido entre os Municípios de Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete; a conclusão das obras do viaduto alternativo ao Viaduto Vila Rica e a construção da via paralela para o transporte de minério, bem como a sua privatização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 13/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.287, 2.288, 2.326, 2.356 e 2.372/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 13/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.251/2008, do Deputado Paulo Cesar.

Requerimentos nºs 2.289, 2.290, 2.300, 2.301, 2.357, 2.377, 2.384 e 2.388/2008, do Deputado Leonardo Moreira, 2.406/2008, do Deputado Doutor Viana, e 2.415/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 13/5/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.273/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.276/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.277/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 2.303, 2.323, 2.329, 2.350, 2.358, 2.371, 2.386, 2.387 e 2.400/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 13/5/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar do Estado de Minas Gerais o programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia nervosa e bulimia e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 714/2007, do Deputado Padre João, que oficializa no Estado de Minas Gerais o "Hino à Negritude"; 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequizeiro (caryocar brasileiro) e dá outras providências; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei nº 16.322, de 4/9/2006, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica, e dá outras providências; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências; 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar imóveis que especifica, de propriedade do Ipsemg, com reversão dos recursos decorrentes dessa alienação à área de saúde do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais; 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007 e dá outras providências; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas fatais dos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; 2.048/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; e 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado de Minas Gerais a fazer reverter o imóvel mencionado ao Município de Caiana; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 2.158 e 2.159/2008, do Deputado Weliton Prado, e 2.302, 2.320 e 2.321/2008, do Deputado Leonardo Moreira, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2008, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater em audiência pública, com a presença de convidados, questões relativas à concessão das aposentadorias pelo INSS no Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2008, às 10 horas, no Clube Corinto, na Rua Antônio Octaviano de Alvarenga, 120, Centro, em Corinto, com a finalidade de discutir, com os convidados mencionados na pauta, a situação de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Corinto, bem como o fechamento do bloco cirúrgico e a interrupção pela Regional de Saúde de Sete Lagoas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.236/2008

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros São Miguel e Sílvio Santiago - Amabamss -, com sede no Município de Salinas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.236/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros São Miguel e Sílvio Santiago, com sede no Município de Salinas, que tem como finalidade precípua a proteção à saúde das famílias residentes nessas comunidades em todas as etapas de sua vida: maternidade, infância, juventude, maturidade e terceira idade.

É também objetivo da Associação combater a fome e a pobreza, proteger o meio ambiente, divulgar e promover a cultura e o esporte junto a seus assistidos, priorizar a melhoria de suas condições de vida e de seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.236/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/5/2008

Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, esta semana começa sob um signo muito importante para o Brasil, da retomada do crescimento econômico com garantia de investimento interno, através do chamado "investment grade". Temos algumas preocupações, Sr. Presidente, no momento em que as pessoas imaginam que está tudo às mil maravilhas, tudo muito bem. O Presidente da República andando pelo Brasil inteiro, rindo às escâncaras, satisfeito e feliz. Mas cabe-nos, como parlamentares, nos momentos em que a euforia toma conta do País, seja do ponto de vista negativo, seja do positivo, estabelecer algumas advertências para que as pessoas não sejam incautas nem se deixem iludir sobre a necessidade premente de o Brasil refazer alguns comportamentos.

Estamos vendo essa tranquilidade, "investment grade". Que beleza! A agência internacional Standard & Poor's garante que o Brasil agora é um país sério. Isso nos remete ao passado quando De Gaulle chegava ao Brasil e dizia: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux". Lula agora rebate dizendo que o Brasil é um país sério. Quando deixou de ser? Acredito que o comando do País é que foi pouco sério, ao não revelar nem reconhecer de forma correta as dificuldades que nos colocam no dia-a-dia.

Muito bem. O Brasil está crescendo 3%, 4% - aliás, já crescemos 0,6% em 2003, ou seja, começamos a crescer mais organizadamente; todavia, Sr. Presidente, preocupa-me quando vamos emprestar energia para a Argentina desligando as nossas termelétricas porque as chuvas encheram os reservatórios, sem nos preocupar com aspectos importantes da economia. Peço endosso ao Deputado Jayro Lessa, empresário, que sabe muito bem a que me refiro. Nestes quatro, cinco anos, o Brasil está perdendo a perspectiva de não ter a energia de uma Itaipu. Não se investe no setor energético. Além do mais, o que nos preocupa é o "apagão" portuário. Não temos como pôr as nossas mercadorias. O Brasil trabalhou tanto para que um dia pudéssemos ter condição de dar de comer aos nossos companheiros, aos mais pobres. Vieram os Programas Bolsa-Renda, Bolsa-Escola, Vale-Gás, do governo Fernando Henrique. O Lula veio e aumentou esses programas, transformou-os em Bolsa-Família e ampliou esses recursos.

Sr. Presidente, a minha preocupação é não ficarmos assim tão eufóricos. Estamos eufóricos com a realidade perigosa de um País. Não podemos abrir a guarda. O Brasil está com problema sério de estradas, de portos, de aeroportos e de falta de investimento em energia elétrica para garantir a qualidade do nosso crescimento econômico. Aliás, há um problema ainda mais sério. O Brasil passou a ser modelo para o mundo pobre, e a ONU vem dizer que o nosso etanol está prejudicando. O Lula está certo, pois o que está prejudicando não é o nosso etanol, mas sim o etanol americano. O nosso etanol não prejudica nada. O apoio à agricultura familiar ainda é tímido e precisa ser ampliado. Temos de nos preocupar com a infra-estrutura do desenvolvimento e em ampliar os benefícios do Bolsa-Família e de outros programas. Além disso, pôr no

mercado consumidor, de forma mais perene e tranqüila como produtores efetivos, pessoas que têm trabalho e podem produzir. Portanto, não ficar com aquela idéia antiga e boba de dizer que o Bolsa-Família é uma esmola. Não se trata disso. O Bolsa-Família é absolutamente importante nessa fase da vida brasileira. O Presidente está certo em bater pesado nisso aí. Somos modelo para o mundo.

A ONU está querendo copiar o Brasil. Por que vamos descuidar-nos? Por que vamos despreocupar-nos? Só por causa do "investment grade"? Que beleza! Que expressão maravilhosa! Atingimos o grau de investimento "Big Brother Brasil Menos", "BBB Menos". As pessoas não sabem o que é isso. A maioria do nosso povo não entende que o grau de investimento vai de A até G, e estamos no "B-Menos", ou seja, "BBB Menos".

Há algo interessante. Por que ficamos tão eufóricos assim? Temos de ficar contentes, ficar eufóricos é exagero. O País precisa tomar cuidado. O que está acontecendo no Brasil de hoje? A nossa briga na Comissão de Política Agropecuária é para que se invista mais na agricultura familiar e se dê suporte ao pequeno produtor. A nossa luta junto ao meio ambiente é para que deixem de ser xiitas e permitam que os pequenos produtores rurais tenham a sua atividade, porque a agricultura familiar é uma solução não só para o Brasil, mas também para o mundo.

Vejam o grande drama vivido hoje pelos Estados Unidos da América, a supernação. Atualmente os americanos começaram a descobrir que o Estado de Iowa não pode continuar produzindo somente milho e soja. A Califórnia e a Flórida exigem, e o governo dá os incentivos para que o Estado de Iowa plante milho e soja a troco de não plantar feijão, arroz, banana ou frutas de qualquer natureza. Lá as coisas funcionam um pouco diferente do Brasil. Há um fator, Sr. Presidente, importantíssimo: nós ainda temos, em cada Município de Minas Gerais e do Brasil, uma estrutura de agricultura familiar, que precisa ser preservada. Sou um defensor do aumento e da ampliação da nossa produção agrícola, não sou contra as "commodities" alimentares, mas acredito que precisamos fazer como o americano, copiar a parte boa. Temos de agregar valor, transformar os nossos produtos; não podemos exportar os nossos grãos sem os colocar em embalagens, sem os transformar em outros produtos com maior valor agregado, com mais empregos gerados junto no mercado brasileiro.

Então, Sr. Presidente, este meu pronunciamento, neste início de semana, vai como um alerta aos cidadãos mineiros e brasileiros. Sei que a TV Assembléia, por meio da internet, ultrapassa em alguns pontos o território de Minas. Já tive notícia em meus "sites" que estamos sendo ouvidos na Argentina e em Portugal. Gostaria de dizer às pessoas que no Brasil é preciso, além da euforia natural, da levantada com os resultados da nossa economia, com o "investment grade", que até parece que resolveu todos os problemas, mas que não resolveu nada,... Em 2009, 2010, o problema da energia elétrica vai explodir. Vamos ter apagão, se não modificarem a legislação ambiental, que impede que usinas hidrelétricas sejam construídas. Até o Presidente está reclamando disso. Se não tomarmos cuidado com as estradas, com os portos, com os aeroportos, se não criarmos a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento, o "investment grade" vai-nos dar um investimento curto, de poucos anos, de um a três anos.

Então, Sr. Presidente, a nossa fala tem o objetivo de fazer com que as pessoas pensem um pouco mais a respeito do processo de desenvolvimento brasileiro. A taxa de crescimento de 2,5%, 3%, e agora quase 5% ainda é pequena para a potencialidade dos territórios mineiro e brasileiro.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de dizer que esta Casa está realizando o seminário "Minas de Minas", a fim de discutir a exploração mineral. Que escândalo, Sr. Presidente! Vi V. Exa., na televisão, num debate a respeito desse assunto com o Diretor em Minas Gerais do DNPM, em que se expôs de forma clara que Minas tem 50% da atividade minerária do Brasil, e que, com o Estado do Pará, tem 90%. Apenas dois Estados brasileiros possuem 90% da estrutura de produção de minério deste país. E Minas, que tem 50% de toda a exploração mineral, possui um DNPM fragilizado - isso foi confessado pelo Diretor Regional -, que não tem estrutura para oferecer aos mineradores. E isso se manifesta não apenas na liberação dos seus empreendimentos, mas também no acompanhamento, que a Feam não faz, da questão da proteção do meio ambiente: fazer mineração com proteção ambiental, ou seja, com sustentabilidade. Então temos problemas dos dois lados, Sr. Presidente. Quanto a esse seminário da mineração, "Minas de Minas", ele é importante demais. V. Exa. presidiu um, estava no debate, e sabe muito bem a que me refiro. Temos hoje, em Minas Gerais, 50% da produção mineral, mas somente 5% do pessoal do DNPM distribuído pelo Brasil afora. Não há fiscais, não há técnicos para agilizar os empreendimentos. Como vamos crescer se não cuidamos da mineração, se somos apenas espectadores do que acontece? Sr. Presidente, vou me reportar a 1995, quando, por honra e graça dos companheiros e amigos, eu era Secretário Adjunto de Minas e Energia e fui convocado para ser Presidente da Câmara de Mineração. A Câmara de Mineração estava com 1.200 processos atrasados. Há um ano, ela não se reunia. Não se toma o cuidado de saber como funciona a Câmara de Mineração para a liberação dos empreendimentos minerários. Não nos preocupamos em saber como age o Copam e qual a sua pauta. Esses assuntos são importantes demais para Minas Gerais para que fiquemos como espectadores, apenas vendo a mineração ser praticada, levando-se em consideração apenas o minério pesado, o grande minério de ferro - que beleza! Mas ninguém fala das ametistas, das águas-marinhas, das crisólitas, dos topázios, das pedras preciosas. Ninguém fala do Nordeste mineiro, que está assentado sobre a maior província pegmatítica das Américas, e não há exploração nem acompanhamento do meio ambiente de forma sustentável.

Sr. Presidente, essa preocupação é para não permitirmos que a euforia tome conta de nós, que a euforia seja bastante para que vivamos com felicidade, com tranqüilidade, mais seis meses, mais um ano, especialmente neste ano eleitoral. Essa euforia é prejudicial à democracia. É preciso que algumas pessoas coloquem os dados corretos para análise. Não podemos mentir para nós mesmos. Não podemos falsear a verdade para o povo brasileiro. Temos de descobrir, nesses entremeios, uma grande verdade: estamos tendo um crescimento sustentável, mas tímido. Estamos indo bem apenas na indústria automobilística. Pergunto: vai haver rua e estrada para tantos carros? Onde os colocaremos? Deputado Bráulio, estamos produzindo e vendendo carro. E daí? Haverá ruas nas cidades? Haverá infra-estrutura nas estradas para esses carros andarem? Quando nos preocupamos com o tráfego e com a violência no trânsito? É um crescimento um pouco falso, sem a estruturação necessária. Precisamos nos dedicar agora a advertir os nossos governos, seja o estadual, seja o federal, de que é absolutamente necessário fazer programas rodoviários como o Pró-Acesso, que está sendo feito em Minas Gerais, com o objetivo de unir todas as cidades por asfalto, fazer a reestruturação de toda a rede asfáltica das estradas estaduais e preocupar-se com as estradas federais. Minas tem 60% das estradas federais, mas não consegue mais que 12% do dinheiro destinado no PAC para a recomposição das estradas. Isso nos preocupa.

Quando se fala que o "investment grade" resolveu todos os problemas do Brasil, digo aos senhores que a agência Standard & Poor's está correta. O que ocorreu com um atraso danado, pois as condições eram as mesmas que tínhamos no ano passado. Mas não é para ficarmos ovulando de felicidade, é para pensarmos que esse processo, esse grau de desenvolvimento que adquirimos e que gerou o grau de investimento BBB menos - Big Brother Brasil menos - da classificação da Standard & Poor's deve preocupar-nos. Precisamos fazer investimentos necessários em âmbito brasileiro, nas obras federais de Minas Gerais, assim como acontece nas obras do governo do Estado, do Pró-Acesso e dos programas de rodovias do nosso Estado. Sr. Presidente, são essas as considerações. Estou tentando contribuir para raciocinarmos a respeito de Minas e do Brasil. Muito obrigado!

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia, estamos voltando à tribuna hoje para continuar a nossa cobrança, que está sendo feita há mais de 30 dias, mas, até o momento, ainda não tivemos um posicionamento da Mesa desta Casa. Volto a insistir e a fazer um apelo à Mesa, aos 62 parlamentares desta Casa que subscreveram apoio à matéria, para que esta Casa coloque em apreciação, em 2º turno, o projeto de lei do ICMS Solidário. Assim não dá. Estamos visitando as regiões, temos percorrido o Norte de Minas, as cidades do Vale do Jequitinhonha e, vendo esse contraste regional e a discrepância que é a distribuição do ICMS em Minas Gerais, esta Casa não pode deixar uma discussão tão importante para o ano que vem, com a desculpa simples de que seria para depois das eleições. No final do ano passado, quando o projeto foi votado em 1º turno e depois retirado de pauta, havia um compromisso da Mesa de colocá-lo em votação no início deste ano, o que não aconteceu. Não podemos admitir, Deputada Elisa Costa, que apenas uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte arrecade mais ICMS que mais de 300 cidades juntas, de quatro regiões do Estado, incluindo Montes Claros, Teófilo Ottoni, e outras. Se juntarmos todas as cidades do Noroeste, todos os Municípios do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, que representam quase 50% da área territorial do Estado, com mais de 4 milhões de habitantes,

elas arrecadam menos ICMS, recebem menos ICMS que apenas a cidade de Betim, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas essa conta não entra na cabeça de ninguém. Todos somos mineiros, pagamos impostos, portanto os recursos do Estado têm de ser divididos de forma a contemplar todas as regiões. A Câmara Municipal da cidade de Betim arrecada mais recursos, Deputado Getúlio Neiva, que dezenas de cidades do Jequitinhonha juntas. São 15 Vereadores. Não podemos aceitar essa discrepância. Esta Casa não pode admitir, esta Casa tem de reagir. Por isso esperamos que a Mesa, Presidente Deputado Doutor Viana, tome uma atitude. Vamos cobrar. Esse movimento vai continuar, e só nos calaremos quando tivermos uma resposta positiva da Mesa, de que o projeto será colocado em apreciação.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Nobre Deputado Paulo Guedes, gostaria de me congratular com V. Exa. pela posição tomada na semana passada, quando requereu decurso de prazo de uma das comissões para que o projeto de ICMS Solidário tivesse segmento. Como coordenador desse grupo de trabalho, realmente ficamos preocupados. V. Exa. tem absoluta e total razão. Há aqui uma dificuldade de tramitação desse projeto em função de coisinhas pequeninas, coisinhas egoísticas. Fico imaginando qual é o nível de sentimento cívico e de solidariedade que podemos esperar das cidades que sempre ganham mais que aquelas do Noroeste, do Nordeste e do Norte de Minas, onde V. Exa. trabalha.

Nós, que vivemos lá, é que sabemos. Penso, Deputado Paulo Guedes, que deveríamos fazer uma comitiva com os companheiros que ainda estão renitentes, resistentes. Deveríamos convidar esses Deputados para irem até lá conosco; que visitem, como eu fui, em 1993 - com o Jaques Wagner, hoje Governador da Bahia, com a Márcia Cibilis Viana -, na CPI da Fome, de onde originou todo esse processo de cozinha comunitária, o qual teve início com o Fernando Henrique, um programinha de dar dinheiro para o pessoal comer. Poderíamos convidar os companheiros que são renitentes, que não estão aceitando a idéia, para fazerem essa visita. Lá, eles vão sentir o que é o problema da fome, o problema da miséria, o problema da falta de infra-estrutura. Falando aqui, V. Exa. faz um discurso, a Deputada Elisa Costa faz o seu, eu faço o meu, enfim, mostramos que aquela região é a mais oprimida do Estado, mas eles não acreditam. Então teremos de convidar todos eles para irem conosco. Vamos lotar aqui um ônibus, ou um avião, de São Tomé, e ver para crer.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Nosso companheiro Deputado Paulo Guedes, Líder da nossa Minoria, quero parabenizá-lo mais uma vez por esse pronunciamento, assim como ao Deputado Getúlio Neiva, porque acho que o ICMS Solidário é uma bandeira que une a maioria de Minas Gerais e a maioria desta Casa Legislativa. Não podemos deixar que alguns setores econômicos do Estado e de regiões que tiveram seu processo de desenvolvimento mais avançado dificultem a aprovação de uma lei que beneficiará a maioria dos Municípios de Minas Gerais. Temos de superar as desigualdades regionais.

Deputado Paulo Guedes, também estamos fazendo um debate sobre a reforma tributária. Queremos redistribuir melhor os recursos do País e dos Estados. Nas regiões onde haverá perdas, a proposta é criar um fundo de compensação, um fundo de equalização para que Estados e Municípios não percam com a redistribuição dos novos tributos que serão criados em nível federal e com a unificação da alíquota do ICMS em nível de Brasil.

O Estado de Minas Gerais precisa dar esse exemplo e fazer esse debate. Já que existem Municípios que terão algumas perdas, precisamos pensar em algumas opções de o Estado produzir essa compensação. O fato é que essas discussões não podem ser traduzidas em prejuízos para a maioria dos Municípios de Minas Gerais. Repartir o ICMS com as regiões mais pobres, com as regiões que precisam de recursos para investir em saúde, em educação, em infra-estrutura, naquilo que vai trazer qualidade de vida para a população deve ser responsabilidade de todos nós.

Quero me solidarizar com seu apelo mais uma vez, para que esse projeto venha a Plenário para segunda discussão e que seja regulamentado e executado pelo Estado de Minas Gerais e pelo governo de Minas Gerais. Parabéns. Somos solidários e estamos também nessa frente de luta pelos Municípios mineiros e pelas regiões mais empobrecidas de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputada Elisa Costa. Realmente, ficamos muito satisfeitos com o posicionamento de V. Exa., que sempre foi solidária com todos os movimentos voltados para a justiça social, para a divisão de renda. Tenho a certeza de que, com o apoio de V. Exa. e dos demais Deputados desta Casa, vamos conseguir fazer com que a Mesa desta Casa se sinta sensibilizada para colocar esse projeto em apreciação. Temos que levar em conta que esses Municípios que estamos defendendo aqui sobrevivem quase que unicamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. O ICMS dessas cidades é quase irrisório porque a concentração fica toda nas cidades ricas, principalmente aqui, na Região Metropolitana, no Triângulo mineiro e no Vale do Aço. Precisamos fazer essa divisão. Isso não vai tirar praticamente nada de ninguém. Temos estudos de que Betim, Contagem, Ipatinga, Uberlândia não vão perder nada. Hoje, com o crescimento da economia nacional, com o crescimento do PIB, a tendência da receita dessas cidades é triplicar nos próximos anos. Para Betim, perder R\$1.000.000,00 por ano é o mesmo que tirar uma gota d'água do oceano, mas essa gota d'água vai fazer muita diferença para os Municípios do Norte de Minas. Trinta mil reais no orçamento de Bonito de Minas, de Manga, de Januária, de São Francisco, de Varzelândia, de Juvenília fazem muita diferença, porque essas cidades arrecadam migalhas e ainda têm que assumir muitas funções no Estado. Nessas cidades, se a Prefeitura não pagar à Emater, ela não fica na cidade. Se a Prefeitura não ceder o combustível, a patrulha da polícia não anda. Se não ceder um funcionário, a delegacia não abre.

Portanto é pouco, sim, para quem ganha muito como Contagem, Betim e cidades que arrecadam quase 90% do ICMS em Minas Gerais. No entanto, para nós, do Norte de Minas, e para as cidades do Vale do Jequitinhonha, esse pouco conta muito, porque faz a diferença. Os Municípios de nossa região são imensos, como o de Januária, que tem 7.000km², que tem distrito a 100km de distância, como é o caso de São Joaquim, com mais de 15 mil habitantes. Nesse Município, não há um posto de saúde; a Prefeitura não consegue contratar um médico porque a arrecadação de Januária é insuficiente. A Prefeitura é incapaz de conseguir recursos para manter a rota escolar, os ônibus e as estradas. Isso não ocorre somente com Januária, mas com a região inteira. Precisamos fazer com que essa lei do ICMS Solidário tramite, a fim de que os Prefeitos de Januária, Manga e de toda aquela região e também do Vale do Jequitinhonha tenham condições de, pelo menos, melhorar o acesso da rota de ônibus do transporte escolar, que também é do Estado, mas é feito pelas Prefeituras daquela região.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Esse pensamento é de todos nós, Deputado Paulo Guedes. Fui um signatário desse projeto. Quero ajudar a fazer força para que ele venha à discussão, pois não dá para ficar mais na situação em que se encontra.

Conversava, há pouco, com um Prefeito que me disse que, neste mês, o INSS reteve quase 60% do repasse do FPM. A lei fala que não se pode ultrapassar os 6%, no entanto estão retendo quase 60% desse repasse. A Prefeitura ficará sem pagar médico, sem comprar remédios e sem pagar funcionários.

Não há nada a fazer, apenas rezar. O Deputado Padre João gostou do que eu disse. Se contratar um advogado, corre o risco de ser enquadrado pela Polícia Federal como bandido. Farei um pronunciamento na semana que vem, mostrando a situação da Prefeitura de Almenara, cujo Prefeito contratou um escritório de advocacia e está com uma certidão no INSS dando conta de que não devolveu 1% sequer do recurso retido. Apenas foi liberado o Cadin daquela Prefeitura, a fim de que pudesse, pelo menos, receber os recursos do governo federal. O coitado do Prefeito, que é um homem sério, correto e honesto, foi preso. Assim os Prefeitos hoje estão num mato sem cachorro. Não podem receber do governo federal, estão vendo os seus recursos retidos pelo INSS, têm de pagar dívidas que não são deles, têm responsabilidades que não são deles, como V. Exa. bem disse de todas as formas. As Prefeituras estão, a maioria delas, ingovernáveis.

Acho que esse projeto não resolverá, mas melhorará bastante. Hipoteco a minha total e irrestrita solidariedade a V. Exa.

Faço um apelo ao Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, para que possa também defender a tramitação desse projeto. Ele tem força neste Parlamento. Caso contrário, ficaremos com cara de besta, fazendo papel de bobo, pois 62 Deputados assinaram esse projeto, criamos uma expectativa, mas ele não anda nesta Casa. Não podemos deixar que isso caia no esquecimento.

V. Exa. está de parabéns. Conte comigo. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Sei da sua força de vontade para que esse projeto tramite aqui. Nós dois, com a bancada do Norte, somaremos forças. Tenho a certeza de que todos os Deputados da nossa bancada estão conosco. Vamos somar forças com esses 62 Deputados que subscreveram o projeto. Não entendo como um projeto com as assinaturas de 62 Deputados, numa Casa que tem 77, não anda. É impossível que a minoria de representantes de algumas cidades ricas consiga parar tudo aqui, neste Parlamento. Faremos aqui, então, a revolução dos pobres.

Faço aqui uma convocação para que os 62 Deputados que defendem as cidades pobres cruzem os braços. Se não puder haver um projeto para a distribuição de renda, também não votaremos nada. Vamos fazer aqui, mais para frente, um debate para discutir esse projeto. Tenho a certeza de que, nesse caso, a maioria prevalecerá, e a Mesa será, de certa forma, mais coerente e nos ajudará nessa questão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Paulo Guedes e aos que o apartearam que também tenho interesse em que esse projeto venha o mais rápido possível a Plenário. Nós, Deputados, é que temos de decidir, democraticamente, pela maioria.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, quero tratar da tramitação de um projeto de lei de minha autoria, o qual considero relevante, mas que ainda, infelizmente, não teve condição formal para entrada no Plenário desta Casa. Muitas vezes, até de maneira distorcida, a opinião pública reclama da pouca produtividade das Casas Legislativas em geral. Cientistas políticos e intelectuais apontam o predomínio da agenda do Poder Executivo em comparação à do Poder Legislativo, relativamente aos projetos apresentados pelos parlamentares. Às vezes somos criticados pelo tipo de projeto de lei que aprovamos nesta Casa, tais como de honorárias, de utilidade pública e outros. Muitas vezes essas críticas são cometidas sem a devida informação por quem as faz. A produção legislativa dos parlamentares, ou, pelo menos, sua formulação legislativa, é bastante interessante, além do trabalho realizado pelas comissões, pelos fóruns técnicos, pelos ciclos de debates, pelos seminários legislativos, pela agenda institucional dos órgãos públicos, pelos contatos com as lideranças políticas e sociais no interior do Estado. Esta Casa, sem dúvida, é uma das mais atuantes do País. Todavia, um ponto é real. Muitas vezes há morosidade excessiva na tramitação de projetos cuja autoria é de parlamentar. Nesse aspecto, queria fazer apelo, principalmente à Liderança do Governo, por se tratar de projeto em negociação com o governo, para que acelerassem a tramitação do Projeto de Lei nº 37/2007, de autoria deste Deputado, Deputado André Quintão, que institui o plano estadual para juventude, construindo políticas públicas para os jovens no Estado de Minas Gerais. Esse projeto já foi aprovado pelas Comissões de Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. E, há alguns dias, está aguardando, na Comissão de Fiscalização Financeira, definição do relator e votação do subsequente relatório. Hoje esse projeto está em consonância com um grande movimento estabelecido em nosso Estado e em nosso País, de jovens que retomam o protagonismo juvenil. No Brasil, temos 48 milhões de jovens entre 15 e 29 anos e 34 milhões entre 15 e 24 anos. Portanto, é obrigação do poder público federal, estadual e municipal promover um conjunto de políticas integradas que estimulem, favoreçam o livre exercício dos dons e vocações dessas juventudes, que devem ter acesso, com qualidade, a todas as modalidades e níveis de ensino, ao lazer e aos bens culturais, à qualificação profissional com posterior inclusão produtiva e garantia de oportunidades relativas ao primeiro emprego. Estamos falando no plural, ou seja, estamos nos referindo a mais de uma juventude: a do meio rural, que tem suas aspirações e demandas, como, por exemplo, a que se refere à ampliação das escolas-família agrícolas, tão bem defendidas pelo querido Deputado Padre João, e a juventude do meio urbano, que busca profissionalização, precisa ter acesso aos bens culturais. Além disso, é preciso dizer que, em algumas regiões, os jovens sonham em ingressar na universidade pública, mas, infelizmente, em Minas Gerais não há ainda uma universidade estadual pública e gratuita capaz de atender a todas as regiões do Estado. Há ainda jovens que querem ter direito à convivência sociofamiliar. Há a necessidade de se combater o uso e o abuso de drogas, bandeira pela qual, aliás, vários parlamentares desta Casa lutam, entre os quais citam-se os Deputados Vanderlei Jangrossi e Eros Biondini. Considera-se também a importância de a juventude ser incorporada no exercício da cidadania ativa. Quanto a isso, a Assembléia promove bons projetos, a exemplo do Expresso Cidadania, que acabou de realizar, e do Parlamento Jovem, desenvolvido na Comissão de Participação Popular junto à PUC. Enfim, é necessário que se implante um conjunto de políticas públicas inclusivas voltadas para esses jovens, que hoje perfazem um universo de 48 milhões no País. O governo Lula está fazendo bem sua parte. O ProUni já incluiu na universidade mais de 300 mil jovens egressos da rede pública, por meio de bolsas, da ampliação da rede, da extensão de câmpus e da criação de universidades federais. Com alegria, resgato a implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Essas melhorias se devem também à unificação dos programas de transferência de renda voltados para os jovens, à implementação do ProJovem em suas quatro modalidades, ao Fundeb, que está ampliando em dez vezes o investimento federal na educação, à implantação da maior rede de escolas técnicas profissionalizantes já vista na história do País. O ensino técnico profissionalizantes é fundamental, sem se eliminar a possibilidade de ingresso na universidade futuramente. O governo federal organizou, com Estados e Municípios, a I Conferência Nacional da Juventude, oportunidade em que se reuniram milhares de jovens em todo o País, inclusive no Estado de Minas Gerais, onde as entidades da sociedade civil e os governos estadual e federal realizaram também uma conferência muito bem organizada.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, esse projeto de lei retrata exatamente essa construção política pública. Para ser duradoura, efetiva e atravessar governos, deve ser inscrita no campo da normatização legal. Esse projeto de lei que institui o Plano Estadual de Juventude foi amplamente discutido nas conferências municipais e na Conferência Estadual de Juventude, na qual teve o seu referendo. Esse projeto tem o aval, o acordo, a aprovação da Secretaria de Esportes e da Juventude, conduzida por nosso amigo e companheiro Deputado Gustavo Corrêa. Não vejo, sinceramente, motivo para uma tramitação tão lenta desse projeto de lei aqui, na Assembléia Legislativa. Falo desse projeto, mas poderia mencionar outros, como na área da assistência social, em que apresentamos cinco projetos de lei que atualizam toda a legislação estadual no âmbito da assistência social. Nossa legislação é de 1996, de 12 anos atrás, totalmente defasada. Não está mais em sintonia com os avanços da política de assistência social, com o Plano e a Política Nacional de Assistência Social, aprovados nas conferências nacionais de 2003 e 2005, com a Norma Operacional Básica, que implantou o Sistema Único de Assistência Social, em 2005, e com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, aprovada em 2006. Esses projetos estão também com uma tramitação mais lenta e demorada.

Sr. Presidente, quero continuar dizendo que esse é um apelo não somente deste Deputado em relação a um projeto de sua autoria. Quando comparamos o ritmo de tramitação dos projetos do Executivo em relação aos projetos dos parlamentares, há uma dissonância, uma discrepância. Seria importante - e acho que este diagnóstico vale também para projetos de Deputados da base de governo - uma espécie de esforço concentrado. Daqui a pouco, estarão dizendo por aí que, por ser ano eleitoral, a Assembléia não está votando e os projetos não estão tramitando. Não queremos esse tipo de agenda negativa para o Poder Legislativo Estadual. Mas, para isso, é necessário que aqueles projetos que não tenham vício de constitucionalidade sejam incluídos em pauta - e aqui não estou solicitando inclusão em pauta de projetos de lei que estejam com alguma dúvida legislativa, estou solicitando a inclusão em pauta de projetos que já ultrapassaram a barreira da Comissão de Constituição e Justiça, não estou pedindo para incluir em pauta aqueles projetos que geram despesas pagáveis, estou solicitando que aqueles projetos que já têm uma sinalização positiva do governo ou que têm pequenos aspectos que podem ser negociados entrem na pauta de trabalho desta Assembléia. Como disse, é importante a legislação para assegurar a continuidade de uma política pública. É importante a legislação, o controle social e a inclusão de novas ações, programas e políticas no Plano Plurianual de Ação Governamental e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas para isso é necessário que esses projetos sejam agilizados. Então, mais uma vez, gostaria de poder contar com a boa vontade e com a sensibilidade das Lideranças do governo nesta Casa, para que possamos, ainda neste semestre, incluir em pauta todos aqueles projetos que estão em tramitação mais liberada e menos complexa, para que talvez um empurrãozinho nas comissões faça com que eles cheguem ao Plenário o mais rápido possível. Sabemos que a liberação das emendas parlamentares é fundamental para Deputados e Deputadas. É uma forma de estarmos juntos e presentes nos Municípios onde somos bem votados. Tomara que neste ano isso também ocorra

de maneira muito célere e sem nenhum tipo de discriminação. Tão importante quanto a liberação de uma emenda parlamentar está a aprovação de um bom projeto de lei. Faço aqui esse apelo, especificamente endereçado à assessoria da Maioria desta Casa, tão competente, para que ela nos ajude junto às comissões a fim de que o projeto de lei que estabelece o plano estadual e a política pública de juventudes em Minas Gerais seja colocado em pauta, contando com a aprovação do conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, nobres colegas Deputados e Deputadas, amigos presentes na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, telespectadores da TV Assembléia, da qual particularmente sou um admirador. Digo isso porque a nossa TV Assembléia tem levado aos rincões do nosso Estado a realidade que vivemos aqui, na Casa do povo, que é a Casa Legislativa. Um grande avanço nos últimos tempos foi justamente a inclusão, por meio da TV Assembléia, de todas as pessoas, em todas as cidades, para mostrar a realidade que vivemos aqui como representantes do povo. Assim, quanto mais conseguirmos chegar ao coração desse povo, mais fará sentido o nosso trabalho parlamentar. Portanto, é de suma importância o trabalho da TV Assembléia, já que, muitas vezes, essas pessoas são impossibilitadas de vir a esta Casa para participar de audiências públicas e de reuniões especiais, o que seria o ideal, que é fazer com que esta Casa sempre esteja cheia de representantes de todos os segmentos do povo, mas, na impossibilidade de assim ser, dado o tamanho do nosso Estado, o ideal desta Casa é fazer chegar as decisões, os debates e a realidade do nosso trabalho até a residência das famílias mineiras. Por esse motivo, quero saudar aqueles que nos acompanham nos quatro cantos de Minas pela TV Assembléia.

Sr. Presidente, dois assuntos me trazem hoje a esta tribuna, assuntos da maior importância para todos nós, parlamentares mineiros. Vou pegar um "gancho" nas palavras daquele que me antecedeu e que falava sobre o protagonismo juvenil ou a força da juventude no contexto da nossa sociedade. Sr. Presidente, hoje, como membro do Conselho Estadual Antidrogas, cada vez mais tenho acompanhado a realidade não só daqueles que querem sair do vício das drogas, mas também das comunidades terapêuticas espalhadas pelo nosso Estado e pelo nosso Brasil.

Há anos sou um apoiador e, acho que posso dizer, um membro efetivo da Comunidade Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, do nosso querido Frei Hans. Por isso, gostaria de falar a respeito da importância dessas comunidades terapêuticas, mas ainda precisamos conhecer mais sobre elas.

Tive a alegria, desde o primeiro dia do meu mandato até hoje, de ter encaminhado cerca de 15 ou 16 jovens a essas comunidades, como a Credec, a Terra da Sobriedade, em Belo Horizonte, e como a Vida e Renascer, em Conceição do Pará, e nenhum desses jovens deixou essas comunidades, ou seja, eles ainda estão-se recuperando das drogas, entre eles os indicados por alguns dos nossos colegas Deputados.

Eu mesmo tive a alegria de ajudar em um caso, quando um nobre Deputado colega nosso me ligou pedindo para ajudar um rapaz que estava com a família praticamente destruída. Entrei em contato com o pai do rapaz, que já estava sem esperança, e prometi ajudar. Trouxe toda a família, que foi orientada, e o filho está recuperado, prestes a ser contratado para um bom emprego. Isso é fundamental, há esperança. Nosso Governador tem dito que precisamos unir as forças do poder público com o terceiro setor. Toda sociedade precisa mobilizar-se para ajudar na prevenção contra drogas.

Nesse intuito, entrei com uma representação no Ministério Público na quarta-feira passada para impedir a Marcha da Maconha. Não para cercear o direito de qualquer grupo de manifestar-se, mas para impedir que se faça apologia da maconha em um tempo em que estamos lutando tanto para educar, prevenir e retirar os jovens do caminho das drogas. Não faz sentido uma caminhada pela maconha em Belo Horizonte. Graças a Deus, fomos bem recebidos pelo Dr. Jarbas e pelo Ministério Público, que acatou nossa representação e impediu que a Marcha da Maconha acontecesse aqui no domingo passado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., pois o tema que traz é de extrema importância para a família mineira. Por diversas vezes acompanhamos a evolução do consumo e do tráfico de drogas em Minas Gerais, e tive oportunidade de combatê-lo na linha de execução, com o aparelho repressor, enquanto policial. Por outro lado, temos experiência de acompanhar famílias esfaceladas pelo uso de drogas por algum de seus membros, especialmente os adolescentes, que merecem um carinho especial de todos nós. Parabenizo V. Exa. por ter feito essa representação em tempo hábil. Parabenizo também o Ministério Público, que agiu com eficiência, assim como o Desembargador que concedeu a liminar no mandado de segurança proibindo que essa marcha acontecesse.

Muitos falam em liberdade de expressão, mas estamos preocupados com um bem maior, com a vida desses jovens, porque sem ela não há liberdade, muito menos de expressão. A nossa preocupação em evitar que seja feita apologia ao crime em praça pública, como é essa Marcha da Maconha, que infelizmente aconteceu em algumas Capitais brasileiras, é a mesma preocupação de V. Exa. e de todos os parlamentares, principalmente nós que temos filhos adolescentes e sabemos qual é a dimensão do estrago que a droga faz no seio da família. O jovem que se envolve com a droga traz preocupação ao pai, à mãe, aos tios, aos irmãos, aos primos, ou seja, toda família acaba prejudicada e abalada.

Portanto, parabenizo-o, pois V. Exa. está com a razão ao propor essa representação. Conte conosco nessa luta, que é muito árdua, e todos devemos estar unidos em defesa da família e de nossos jovens. Parabéns pela iniciativa.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado. Hoje temos tido mais apoio por meio da Subsecretaria Antidrogas, com nosso querido Cloves Benevides. Mas todo o apoio ainda é pouco, já que temos nas comunidades terapêuticas um índice histórico. Se tomarmos como base a Fazenda da Boa Esperança, que tem 87% de recuperação, que é um recorde mundial, sabemos que há esperança para nossa juventude.

O aparte de V. Exa. me remete ao segundo tema que desejo abordar, mas, antes, concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Caro colega Deputado Eros Biondini, também quero parabenizá-lo por abordar esse assunto, pois sabemos que a droga é hoje uma realidade cruel em todos os cantos do nosso Estado, do nosso país e do mundo. Quero crer que todas as ações e esforços que contribuam para que sejam tirados desse inferno aqueles que nele foram jogados devem ser empreendidos. E V. Exa. tem sido nesta Casa um parlamentar exemplar, dedicado e principalmente preocupado com essas questões, jovem como é e, graças a Deus, poupado desse inferno que têm sido as drogas na vida de muitos, levando, o que é pior, famílias a um estado de constrangimento e sofrimento que só quem convive com o assunto no dia-a-dia pode entender.

V. Exa. sabe muito bem que tenho não apenas preocupação com esse assunto, mas também um envolvimento com a busca de solução, haja vista que, das emendas parlamentares que o nosso governo disponibilizou para os Deputados, a grande maioria das indicações que fiz foi exatamente para que comunidades terapêuticas pudessem ser equipadas para atender mais e melhor aos que precisam desse atendimento. Ao fazer esse aparte, quero colocar-me ombro a ombro com V. Exa., somando esforços nesta Casa e fora dela para dar uma grande contribuição para que esse problema diminua - já que seria utopia imaginar que vamos acabar com ele - e para que o sofrimento de muitas famílias seja minorado ou até mesmo totalmente extirpado, o que acontece a partir do momento em que cada membro que sofre com a dependência é arrancado das garras cruéis do vício. Na verdade, só há três opções: a primeira é a morte, como ocorre na maioria dos casos; a segunda é a prisão; e a terceira é a que V. Exa. aponta, da qual se apresenta como intermediário: a condução a uma comunidade terapêutica. Graças a Deus, temos essa terceira opção! V. Exa. está de parabéns.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Serei muito rápido, até porque, como sabemos, V. Exa. ainda tratará de outro assunto. Concordo totalmente: não há sentido em fazer uma marcha pela maconha. Meu primeiro atendimento ontem foi para encaminhar uma pessoa ao Secretário Cloves Benevides. A família já não aguenta mais: a pessoa começou pela maconha e agora "traça" o que tiver pela frente. A pessoa sai pelas ruas atrás de drogas, e a família está toda prejudicada; ninguém dorme em casa. Essa é a história de muitos jovens e muitas pessoas. Agora, vamos assistir pelas ruas uma marcha em favor da maconha? Talvez o Estado nunca tenha gasto tanto na recuperação de jovens dependentes, e vamos autorizar, de alguma forma, pela expressão livre, que se propague a liberação das drogas pelas ruas? Para sermos como a Holanda? Para sermos como Amsterdã, com os jovens jogados pelas ruas?

Esse já não é um problema moral, mas social. Da mesma forma, o que estamos vivendo em Minas Gerais e no Brasil por conta da maconha e de outras drogas são problemas sociais gravíssimos, que desarticulam as famílias, pois elas ficam doentes, como estão esses jovens. Parabéns a V. Exa. pela iniciativa que teve em defesa da vida. Infelizmente, a Secretaria Antidrogas do Estado de Minas Gerais, cada dia que passa, tem mais trabalho com esses que estão divulgando para os nossos jovens o uso da maconha e de outras drogas. A eles digo que façam uma visita a uma comunidade dessas e vejam como estão os nossos jovens: alguns estão vegetando por causa dessas drogas. Parabéns, Deputado Eros Biondini.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado João Leite. Aproveito o aparte de V. Exa. para comunicar, ainda mais sabendo que o Deputado é um dos grandes defensores da vida nesta Casa, bem como os que nos antecederam nos apartes, que amanhã, na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, será colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.135, da Deputada Jandira Feghali. É um projeto abortista, que ficou durante 15 anos na luta para entrar em tramitação e ser votado. Amanhã ele entrará na pauta e será colocado em votação. O Deputado Federal Miguel Martini, nosso querido amigo e colega, é um dos grandes defensores da vida e tem articulado, junto aos demais Deputados, para que esse projeto seja derrotado de uma vez por todas.

Como acabamos de falar, estamos lutando a favor da vida. É inconcebível sermos eleitos para propor projetos de morte, de destruição, contra os jovens e as crianças e que reduzam a idade penal para o ventre da mãe.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Qual a diferença entre jogar criança pela janela, jogar no rio ou jogar no lixo, abortar e dar descarga num feto? Infelizmente, são esses projetos e essas pessoas que estão banalizando a vida e levando mães a jogar filhos em lagoas, em córregos. Parabéns novamente a V. Exa. Vamos lutar contra esse projeto. O Deputado Miguel Martini nos representa muito bem em Brasília.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputado João Leite. Estaremos em Brasília apoiando.

Só para concluir, infelizmente, às vezes, pessoas que ficam indignadas com torturas, até mesmo com o sensacionalismo de se ficar reprisando, tantas vezes, a criança jogada pela janela ou na lagoa, não sentem a mesma comoção quando crianças - como temos imagens, fotos e cenas -, até com nove meses, são tiradas do útero da mãe e literalmente jogadas na lata de lixo. Isso é muito claro, não só nos países onde o aborto é aprovado, mas também no Brasil, através das clínicas clandestinas. Crianças já totalmente aptas a nascer são simplesmente tiradas do ventre da mãe, em cesarianas forçadas, e jogadas na lata de lixo, porque a mãe, por algum motivo, está abalada, não tem quem a proteja, acolha-a ou evite esse assassinato tão cruel, esse crime bárbaro e hediondo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham aqui ou pela TV Assembléia. Inicialmente, quero unir-me ao Deputado Eros Biondini, especialmente na sua manifestação e na sua luta contra as drogas e pelo apoio aos estabelecimentos de entidades não governamentais e assistenciais que hoje enfrentam a grande batalha de ajudar ao próximo, especialmente aos jovens, para dar uma esperança de vida, certamente àqueles que são tragados e engolidos por esse inferno, como bem dito aqui, que são as drogas. Eles precisam, acima de tudo, num primeiro momento, de uma esperança para eles e para a família.

Hoje, felizmente, existem muitas entidades. Em Divinópolis há a Renascer, o Amor Exigente e algumas iniciativas valorosas, que precisam do apoio do Estado, do poder público e da sociedade como um todo. É preciso, acima de tudo, que todos tenhamos a coragem, de maneira muito clara, de combater publicamente as drogas. Temos que fazer isso conversando com os nossos jovens, e não apoiando essa vergonha de um grupinho, sem nenhum respeito à vida, tentando fazer apologia à maconha ou a qualquer droga, sob o pretexto de estar defendendo a liberdade de expressão. Liberdade de expressão sempre deve ter também o respeito à vida. A liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do próximo. Esse é um princípio elementar para a vida em sociedade. Liberdade é fundamental para todos. Isso significa que temos de respeitar a liberdade do próximo, não o induzindo nem o estimulando a enveredar pelos caminhos da ilegalidade. Como muito bem disse o Deputado João Leite, não se trata aí de uma questão moral, mas de ilegalidade e de apologia ao crime e a algo que está matando os nossos jovens e alimentando o tráfico. É claro que por trás de movimentos como esse e de tal crime organizado estão aqueles que ganham milhares e milhares com a venda de drogas. Não podemos aceitar isso passivamente, muito menos calados. Temos de ter a coragem, como teve, com muita competência, o Deputado Eros Biondini, de vir aqui fazer essa manifestação, com a qual nos congratulamos e nos unimos.

Quero abordar um assunto que nos interessa de perto e, coincidentemente, ao colega veterinário Eros Biondini. Começamos uma luta já no mandato anterior e a intensificamos no ano passado buscando a valorização do profissional médico-veterinário e de todos os profissionais que atuam na defesa sanitária animal em Minas Gerais por meio do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, que hoje é motivo de orgulho para nós, mineiros, porque tem sido elogiado pelas missões estrangeiras e pelo Ministério da Agricultura. Não é por acaso. Quando a Europa barrou a exportação de carne do Brasil, o primeiro Estado que conseguiu retomá-la foi Minas Gerais, ainda que de forma muito acanhada e com muita barreira externa. Temos, sim, um mecanismo de controle da saúde animal em Minas Gerais feito por profissionais sérios e dedicados - aliás, com dedicação exclusiva, o que é um diferencial. Muitas vezes as pessoas não se apercebem disso. Um médico-veterinário estuda, além, obviamente, do período até chegar à faculdade, no mínimo mais cinco anos. É um profissional que passa pelos mesmos sacrifícios do médico, do biólogo, do enfermeiro, enfim, do profissional da área de saúde. Assim como muitos outros profissionais de saúde, o médico humano que trabalha na Secretaria de Saúde tem um vínculo com ela e com a Prefeitura e atende no seu consultório particular. Por outro lado, o médico-veterinário, ao ingressar no IMA, tem um contrato exclusivo. Quer dizer, sendo funcionário do IMA, não pode prestar serviço a nenhuma outra propriedade rural. Assim sendo, ele fica literalmente escravo de uma atividade que não mantém sequer a sua família dignamente, com um mísero salário, hoje de pouco mais de R\$1.000,00.

Portanto, essa nossa luta já vem de algum tempo e envolve naturalmente a remuneração do veterinário, do zootecnista, do engenheiro agrônomo, dos técnicos e dos funcionários administrativos.

No ano passado, quando fomos votar a gratificação na Assembléia - aliás, muito justa essa votação - para os profissionais da área do meio ambiente, tentei adicionar, como relator, uma emenda incluindo os profissionais do IMA. Fui contactado pela Secretária Renata Vilhena, que me disse que, naquele momento, não era possível negociar conosco aquela emenda. Havia várias emendas de outros colegas Deputados alcançando um número enorme de profissionais; e o Orçamento do Estado não estava planejado para que, naquele momento, a nossa emenda fosse contemplada. Foi duro para mim, da base do governo, aceitar e ver, mais uma vez, adiada uma remuneração mais justa, apesar de já termos conquistado alguns avanços na tabela salarial que foi aprovada ainda no primeiro mandato meu, como Deputado, e do Governador

Aécio Neves. Todavia, essa gratificação, ou seja, essa revisão salarial é necessária não só para os profissionais, mas também para Minas. Muitos veterinários estão pedindo demissão ou passam no concurso, mas nem sequer tomam posse. Isso compromete a qualidade do atendimento à saúde animal e à do ser humano que vai comer a carne, beber o leite e ingerir produtos que são diretamente vindos da produção animal ou derivados.

Deputado Eros Biondini, para minha alegria - aliás, é um trabalho nosso, sempre com o seu apoio -, acompanhamos, na semana passada, a aprovação na Câmara de Gestão, que analisa cada decisão que terá impacto no Orçamento, do projeto - que, de fato, tinha de ser aprovado - dando um reajuste aos profissionais do IMA.

Ontem fui recebido pela Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão. Comigo estavam o Prof. Fernando Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, e a representante dos funcionários do IMA. Juntos, tivemos a oportunidade de mostrar, mais uma vez, à Secretária - aliás, ela se lembrou do episódio do ano passado, quando eu era relator do projeto e a nossa emenda não pôde ser aprovada -, que assumiu conosco esse compromisso, lembrando a importância de os profissionais do IMA serem valorizados, assim como todos os servidores públicos do Estado, de modo especial em razão da defasagem com o mercado. Não é possível um médico-veterinário, com dedicação exclusiva e não podendo assumir nenhuma outra atividade, ganhar mil e poucos reais. Isso não mantém nem as suas despesas. Imaginem, então, se tiverem pagando a prestação da faculdade! Atualmente a mensalidade do curso de Medicina Veterinária é de R\$1.000,000 a R\$1.500,00. Portanto quero a compreensão do Presidente, pois o Deputado Eros Biondini é um parceiro nessa luta, e este é um momento histórico para nós. Ela anunciou que mandará o projeto, e que dependerá do nosso trabalho na Assembléia para que seja aprovado o mais rapidamente possível.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, não poderia deixar de solicitar este aparte e dizer que, com certeza, as vitórias alcançadas pela nossa classe, ainda que algumas vezes com muita dificuldade, devem-se ao trabalho incansável de V. Exa. Antes mesmo de candidatar-me a Deputado Estadual, já conhecia o trabalho de V. Exa. Atuando como veterinário, durante 10 anos, no meio rural, especializei-me em reprodução equina, e já ouvia falar da sua luta para melhorar as condições de trabalho e valorizar o profissional médico-veterinário.

Então quero parabenizá-lo e dizer que realmente a luta de V. Exa. é conhecida e valorizada por toda a nossa classe. Agora V. Exa. nos dá essa notícia de vitória. Toda luta, mais cedo ou mais tarde, traz vitória. Como seu colega veterinário, quero parabenizá-lo pela luta, e sobretudo pela ótima notícia que trouxe para todos nós, médicos-veterinários.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao nobre Deputado.

Concluindo, Sr. Presidente, quero primeiramente compartilhar tudo isso com os colegas veterinários do IMA, com o Dr. Altino, que lutou muito, com o Dr. Gilman, Secretário de Agricultura, parceiro incansável nessa luta, e com o Deputado Eros Biondini. Muitas vezes, brinco dizendo que a bancada dos veterinários dobrou. Havia um veterinário na Assembléia Legislativa, e atualmente há dois. Tivemos um crescimento de 100%. Esse crescimento se materializará principalmente no trabalho, com o apoio dos demais colegas. Não tenho dúvida de que seremos 100%, os 77 Deputados reconhecendo que o médico-veterinário, o técnico agrícola, o profissional do IMA, que está na maioria das cidades do interior mineiro, todos merecem ser tratados como um profissional de nível superior da área de saúde, com a responsabilidade que exerce, que merecem salários mais dignos.

Atendendo a nosso pedido, assim que o projeto do Governador Aécio Neves chegar a esta Casa nos próximos dias, esperamos votá-lo em regime de urgência, para que a justiça seja feita. Que se tenha uma remuneração justa para os profissionais veterinários e todos os profissionais do IMA, e ainda para que a saúde pública ganhe, pois a saúde animal repercute de maneira direta na de todos os cidadãos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa - Saúdo o Presidente em exercício desta reunião Deputado Ademir Lucas, os componentes do Plenário, os funcionários da TV Assembléia, o Deputado Carlin Moura e os que nos assistem pela TV Assembléia em todo o Estado de Minas Gerais. Mais uma vez, em nome da Bloco PT-PCdoB, quero apresentar uma agenda legislativa que consideramos fundamental para o bom andamento interno da nossa Casa Legislativa, para a tramitação dos projetos, enfim, para a aprovação de leis em benefício da população de Minas Gerais. Por várias vezes, conversamos com o Líder de Governo nesta Casa, Deputado Mauri Torres, sobre alguns projetos que são importantes não só para a nossa Bancada, para o nosso Bloco de Oposição, mas também para a comunidade mineira.

Deputado Carlin Moura, quero apresentar aqui os projetos que consideramos fundamentais e que devem tramitar nesta Casa Legislativa. O primeiro diz respeito à aprovação do projeto de lei do Cercadinho, que é aquela alça rodoviária de acesso a Nova Lima. Trata-se de um projeto apresentado inicialmente pelo Deputado Adalcleber Lopes, com grande importância para as comunidades que por ali transitam. Essa é uma das regiões mais populosas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O segundo projeto refere-se à doação do Confisco. Consideramos fundamental o seu encaminhamento e a sua aprovação por este Plenário. Trata-se de uma área histórica em conflito, que delimita as regiões de Belo Horizonte e Contagem. É um conjunto habitacional que deverá ser doado pelo Estado de Minas Gerais. A Prefeitura de Belo Horizonte fará a regulamentação e a legitimação desse condomínio, o que beneficiará muitas famílias, que terão direito legal a essa regularização. Da mesma forma, a parte que diz respeito a Contagem deverá ser objeto de avaliação nesta Casa Legislativa. Aliás, isso se dará com a avaliação dos dois Deputados presentes: Ademir Lucas e Carlin Moura. Esse projeto é importante para Belo Horizonte, para Contagem e especialmente para as famílias que terão direito ao benefício da legalização e da regularização fundiárias.

Quero também registrar a importância dos projetos na área da saúde. Estamos, há alguns meses, debatendo esse projeto do Governador, que chegou aqui em dezembro e é importante. É fundamental que os trabalhadores da saúde tenham direito a um reajuste. Estamos acompanhando as negociações através do sindicato dos servidores da saúde, junto à Casa Legislativa e também ao governo do Estado. Queremos ver essas negociações avançarem. A primeira proposta de reajuste salarial é da ordem de 12%, a qual está sendo diretamente negociada com a categoria e nos parece um avanço em relação à pauta de reivindicações apresentada pelo conjunto de servidores representados pela coordenação intersindical e pelo Sind-Saúde, de Minas Gerais.

Nesse projeto há um tema polêmico que ainda não tem, por parte da bancada, em nosso entendimento, nenhuma possibilidade de nossa aprovação. Trata-se do aumento da jornada de trabalho, de 30 para 40 horas, na Fhemig, para o setor de enfermagem, que é, de fato, uma área muito sensível de trabalho nos hospitais de Minas Gerais. Então, quanto a esse aumento de jornada de trabalho, de 30 para 40 horas, a nossa bancada entende que não atende à categoria e anda na contramão das expectativas da classe trabalhadora, que tem solicitado, nas bandeiras gerais do mundo do trabalho, a redução da jornada. Aliás, há hoje uma bandeira da CUT, da classe trabalhadora brasileira: a redução de 44 para 40 horas no serviço privado no Estado de Minas Gerais.

Queremos registrar que queremos, sim, o reajuste dos servidores de uma categoria tão importante, para que haja motivação para bom atendimento da política pública de saúde no Estado. Mas registramos essa dificuldade em relação a aumentar a jornada de trabalho dos nossos servidores, especialmente os da área de enfermagem, de 30 para 40 horas.

Quero também registrar aqui os projetos da nossa bancada e do nosso bloco da Oposição. O Deputado Carlin Moura tem um projeto muito significativo. Ouvi aqui vários oradores falarem do tema da juventude, que é exatamente o Bolsa-Atleta, que vem contribuir para o esporte no Estado de Minas. Queremos solicitar à Liderança do Governo, à Liderança da Maioria e à Presidência desta Casa que esse projeto seja colocado em Plenário. Ele já está pronto para ser votado e ainda não houve manifestação em relação a esse importante projeto para a juventude e para a população do Estado. Portanto, faço essa solicitação pública quanto a esse projeto.

Da mesma forma, o Deputado André Quintão, que nos antecedeu, falou sobre projeto de sua autoria, da área de assistência social. Esse também é um projeto significativo, uma política estadual para a juventude do Estado, trazendo uma sintonia com as políticas públicas de juventude do governo Lula e com os projetos do governo de Minas, alguns já implementados.

Quero também registrar o acerto do governo de Minas em relação ao Projeto Fica Vivo, que envolve a nossa juventude para evitar a violência e combater a criminalidade. Projetos como esse, que cria uma política estadual para a juventude, devem ser objeto de avaliação desta Casa Legislativa. Trata-se de um projeto que também vem trazer um compromisso de política de Estado e de governo para o presente e o futuro da nossa juventude.

Quero registrar aqui também um projeto de nossa autoria que não vem a Plenário. Queremos citar alguns. Um deles diz respeito à política estadual de engenharia e arquitetura pública, um projeto desenvolvido pelos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia do Estado de Minas Gerais por intermédio do Crea-MG, discutido em audiência pública com todos os setores da engenharia do Estado de Minas Gerais, com as universidades públicas, com as universidades particulares. O projeto já foi alterado de política estadual para o Núcleo Estadual de Engenharia Pública, que vem em muito beneficiar os Municípios de Minas Gerais que têm dificuldade de ter uma equipe técnica, uma equipe profissional para elaboração de projetos e captação de recursos, seja do governo do Estado, seja do governo do Presidente Lula, seja de entidades internacionais, para beneficiar e aumentar os investimentos nos Municípios de Minas Gerais. É um projeto que, depois de mais de dois anos de votado em 1º turno, não vem a Plenário para ser votado em 2º turno, ter sua regulamentação e contribuir com as parcerias do Estado com Municípios, com associações microrregionais, com as universidades, para o exercício e o acompanhamento da política de habitação, de saneamento, para a regularização fundiária, para projetos de planejamento urbano, enfim, planos diretores que possam melhorar muito a qualidade de vida, os recursos e os investimentos nas nossas Prefeituras nos Municípios de Minas Gerais.

O segundo projeto que vem beneficiar os servidores de Minas Gerais diz respeito às parcelas remuneratórias, a não mais haver atraso com o pagamento dos servidores do nosso Estado. É um projeto que está tramitando há mais de dois anos, que está pronto para vir a Plenário e que também não chega a essa votação para garantir os direitos dos nossos servidores do Executivo de Minas Gerais, de modo a que não tenham seus salários atrasados. O Governador de Minas tem dito que está pagando em dia. Então, por que a preocupação com as parcelas remuneratórias e com o atraso para todos os servidores de Minas Gerais? Não existem motivos para que esse projeto não venha a Plenário e seja aprovado por esta Casa Legislativa.

E, por fim, entre os demais projetos, gostaria de registrar outro que teve a participação importante do Deputado Domingos Sávio, que se encontra em Plenário. Ele iniciou o debate em 2003 com um projeto de lei de sua autoria. Em 2005 nós também apresentamos uma alteração na Lei de Incentivo à Cultura, alterando a lei existente, a Lei nº 12.733, de 30/12/2007, que concede incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado de Minas Gerais. Durante esses vários anos, durante três anos como Deputada Estadual, debatemos esse projeto em várias audiências públicas, na "Conferência Estadual de Cultura", nos fóruns técnicos, nos conselhos estaduais, com o objetivo de termos um avanço, uma atualização e um aperfeiçoamento na Lei de Incentivo à Cultura no Estado de Minas Gerais. A lei vai fazer 11 anos, já mereceu dos diversos agentes culturais, dos produtores culturais, dos empreendedores, dos novos talentos essa contribuição. Este ano esse projeto recebeu a contribuição do governo do Estado, que anexou ao nosso projeto uma proposta vinda da Secretaria de Cultura. Agora, pronto para o Plenário, queremos registrar aqui os principais avanços conquistados com a participação do Deputado Domingos Sávio, do nosso mandato e, por fim, com a grande participação da Deputada Gláucia Brandão, que se empenhou, com o Presidente da Comissão de Cultura, para que o Estado de Minas Gerais tivesse uma lei atual, condizente com os avanços da cultura, com os projetos federais e com a criação do fundo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço a V. Exa., Deputada Elisa Costa, a concessão do aparte.

Uno-me a V. Exa. nessa preocupação com a cultura. Desde quando V. Exa. aqui chegou, tem sido uma parceria importante nesse trabalho, que, como V. Exa. lembrou, iniciamos ainda em 2003. A partir desse projeto, várias coisas aconteceram. Para minha alegria, consegui aprovar um projeto de minha autoria que criou o Fundo Estadual de Cultura, que é outra coisa. Ele destina parte do Orçamento do Estado, com aplicação direta pelo agente cultural, pelo artista, sem ter de buscar o patrocinador. De uma maneira sucinta, seria isso. Já na Lei de Incentivo à Cultura, velha conhecida de todos os empreendedores culturais, tanto a estadual quanto a federal, o Estado beneficia um determinado projeto, mas é preciso buscar o patrocinador. Daí a luta do empreendedor cultural, do artista em conseguir esse patrocinador. Portanto há necessidade de mudar a lei para fazer com que as pequenas e médias empresas possam ter maior facilidade de patrocinar esses eventos culturais e essas iniciativas. Tivemos a iniciativa em 2003, mas, para minha alegria, V. Exa. novamente entrou com o projeto. Vejo que agora ele será aprovado, com uma redação que contempla a minha iniciativa, porque estabelece essa ampliação de percentual para as médias, pequenas e microempresas. Isso facilitará para quem consegue aprovar um projeto na Lei de Incentivo à Cultura, para que consiga captar o recurso na hora de colocar o projeto. Em última análise, o que queríamos era isso, obviamente criando a possibilidade de descentralizar recursos e fazê-los chegar ao interior.

Portanto parabéns a V. Exa. Fico feliz de estarmos juntos nessa batalha. Vamos trabalhar para que, no Plenário, o projeto seja aprovado e, mais do que isso, seja colocado em prática, pois a cultura mineira ganhará, ganhando naturalmente toda a população. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, gostaria de registrar os cinco principais avanços na Lei de Incentivo à Cultura apresentados nesse projeto substitutivo de nossa autoria, bastante democratizado com toda esta Casa Legislativa, bem como com os agentes culturais de Minas Gerais.

Primeiramente, destaco a importância da descentralização e da interiorização na distribuição dos recursos. O projeto, em 2008, possibilitará que 40% dos projetos da Lei de Incentivo à Cultura sejam para empreendedores domiciliados no interior e beneficiem diretamente a população, os profissionais da cultura, os novos talentos, os pequenos grupos e as entidades culturais, enfim. Essa descentralização é gradativa, ano após ano. Em 2008, será de 40%. Poderá chegar, para o interior do Estado de Minas Gerais, a 45% dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura.

O segundo avanço da lei diz respeito a um percentual que era destinado a entidade da administração pública indireta, ou seja, partes desses recursos eram para financiar e apoiar a cultura, especialmente a pertencente ao poder público, como museus, bibliotecas e orquestra sinfônica. Era uma parte grande, da ordem de 35%. Agora ela caiu para 25%, ampliando a possibilidade de as entidades de Minas Gerais terem acesso a esses investimentos.

O terceiro avanço diz respeito ao que o Deputado Domingos Sávio disse: aumentam os percentuais a serem deduzidos de empresas com faturamento menor. Se descentralizarmos os recursos para o interior, médias, pequenas e microempresas poderão ser patrocinadoras e incentivadoras das propostas e dos projetos dos grupos culturais. Assim, a partir de agora, 10% serão para empresas com faturamento entre R\$2.400.000,00 e R\$9.600.000,00; 7% para as empresas com faturamento entre R\$9.600.000,00 e R\$19.000.000,00; 3% para as empresas com faturamento superior a R\$19.000.000,00, ou seja, para as grandes empresas. Então essas faixas ajudarão muitas empresas, evitando que

apenas as grandes contribuam com a cultura no Estado de Minas Gerais.

O quarto avanço organiza a comissão técnica responsável pela análise dos projetos em câmaras setoriais por área de atuação.

O projeto define nove áreas de atuação a serem trabalhadas por essa comissão técnica: artes cênicas, audiovisual, artes visuais, música, literatura, preservação e restauração do patrimônio histórico, pesquisa e documentação, centros culturais e áreas culturais integradas. Essa comissão técnica, graças a essas nove áreas, terá melhor tempo para, de maneira mais qualificada, avaliar os projetos.

Por fim, cria-se uma punição para o incentivador que não comprovar o repasse da contrapartida, no momento e no tempo da execução do projeto. Se não for demonstrada essa contrapartida, ele ficará impedido de participar dos benefícios da lei.

São esses os avanços. O debate envolveu todos os setores culturais, permitindo que o projeto integrasse os interesses da cultura. Deputado Carlin Moura, nesse debate de inclusão social da nossa juventude, nada melhor que um espaço cultural para integração dos nossos jovens, por intermédio do lazer, da cultura, da educação, de uma política estadual de juventude em Minas Gerais, por meio de projetos da nossa bancada. Esse projeto da cultura vem apoiar, e muito, os grupos culturais no interior de Minas Gerais e na grande Região Metropolitana de Belo Horizonte. Obrigada.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Presidente, Deputado Ademir Lucas, ilustres Deputados e Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, nossa Líder, Deputada Elisa Costa, trouxe-nos um assunto de fundamental importância no que diz respeito à pauta legislativa, especialmente da Bancada da Oposição. Muito há que ser feito e se votar no Plenário desta Casa. É importante deixar muito claro a todos os ouvintes e telespectadores que existem projetos bons. Precisamos agilizar a pauta e votar esses projetos. Em outro importante pronunciamento, nosso Líder da Minoria, o ilustre Deputado Paulo Guedes, também levantou tema de fundamental importância no que diz respeito ao ICMS Solidário, o qual tem como pano de fundo a penúria por que passam os Municípios deste país. Tudo acontece nos Municípios. Toda demanda, por exemplo, de saúde, de transporte e de educação, cai sobre as costas do Prefeito ou da Prefeita, embora o caixa seja pequeno. Resolver o problema de caixa dos Municípios é de fundamental importância. Nesta semana estará sendo realizado o congresso da Associação Mineira dos Municípios - AMM - em Belo Horizonte, quando diversos Prefeitos e Prefeitas deste Estado provavelmente se debruçarão sobre um tema crucial, a sobrevivência financeira de cada Município. Esta Casa também desenvolve, neste mês, o seminário "Minas de Minas" - sua plenária final já está marcada para os dias 9 a 12 de junho -, que engloba etapas regionais, que estão sendo realizadas em diversos Municípios do Estado. Hoje, pela manhã, tive oportunidade de participar da etapa de Sete Lagoas. Já houve as etapas de Itabira, de Poços de Caldas, de Divinópolis e de Itaúna. Depois de amanhã, quinta-feira, dia 8, será a vez da cidade de Congonhas. Chamo a atenção para a importância da participação, nesse seminário dos Municípios, dos Vereadores, dos Prefeitos, das comunidades, dos trabalhadores, dos ecologistas. Esse seminário discute temas importantes. Hoje, pela manhã, lembrávamos, durante a discussão em Sete Lagoas, como é importante a mineração para Minas Gerais. Consideramos a importância do setor sobretudo para se resolver o problema de caixa dos Municípios. Lembrávamos, ainda, que os Municípios recebiam o Imposto Único sobre Minerais, que vigorou até 1992 e remunerava os Municípios pela exploração de minerais. Havia uma alíquota diferenciada. Quanto ao ICMS, 5,61% de todo o bolo tributário do Estado de Minas Gerais era distribuído aos Municípios mineradores. O Imposto Único sobre Minerais foi substituído pela Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM. Então, começaram a surgir os grandes problemas dos Municípios mineiros, já que a CFEM passou a incidir sobre um percentual de 2% a 3% do faturamento líquido das mineradoras. Como se vê, os Municípios participavam com 5,61% do bolo tributário, mas a CFEM surgiu trazendo um percentual de 2% a 3% do faturamento líquido.

Qual foi a compensação que tiveram os Municípios mineradores? Na Lei Robin Hood, passaram a ser compensados com 0,11% do ICMS. Portanto, os Municípios têm perdido muito com essa política. Para se ter uma noção do prejuízo disso, é importante compararmos o significado da CFEM com o do "royalty" do petróleo, pelo qual se paga aos Municípios o preço público. Todavia, há uma grande diferença: o "royalty" do petróleo remunera os Municípios que têm reservas com um percentual de 5% a 10% do faturamento bruto da Petrobras. Além disso, os Municípios que recebem "royalty" do petróleo da Petrobras geralmente são os da Costa Atlântica, cuja plataforma fica a 200 ou 300 milhas de distância. Então, há pouco impacto ambiental, porque as plataformas ficam longe, diferentemente do que acontece com uma mina de carvão, minério de ferro ou manganês, como se vê em Itabira, Itabirito, enfim, em diversas cidades e até na Serra do Curral. Ou seja, na porta do Município, em frente à sua casa, há uma mina, uma cratera de 400m ou 450m de diâmetro. Pois bem, o "royalty" do petróleo remunera mais os Municípios que a CFEM. Poderíamos fazer uma comparação. Para se ter uma idéia, em 2007 o Brasil arrecadou, a título de "royalty" do petróleo, R\$11.000.000.000,00. Nesse mesmo período, a título de arrecadação da CFEM, foram arrecadados apenas R\$326.000.000,00, ou seja, o "royalty" do petróleo paga 33,8 vezes a mais. Nesse processo, quem está levando um grande prejuízo? Os Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Pará, que têm a maior produção de minério no País. Minas Gerais responde com 71% da produção de minério de ferro. Estamos fornecendo nossos minérios, mas não estamos recebendo a contento por essa riqueza, que é própria de Minas Gerais. Essa questão interessa a todos os Municípios mineiros. Defender uma política mais justa de remuneração pelo nosso minério é uma questão de soberania de Minas Gerais e de seus Municípios.

Essa arrecadação, se continuarmos a demonstrar pela questão dos "royalties" do petróleo em relação à CFEM, deixa-nos estarrecidos. Por exemplo, um Município como o nosso querido Itabirito, próximo de Belo Horizonte, recebe por mês de arrecadação da CFEM aproximadamente R\$900.000,00. Comparamos isso com um Município que recebe "royalties" do petróleo, por exemplo Rio das Ostras, que tem aproximadamente 40 mil habitantes e recebe de "royalties" do petróleo R\$11.000.000,00 por mês. Ao mesmo tempo, como exemplo, há a cidade de Quissamã, também no Rio de Janeiro, que tem 7 mil habitantes e recebe R\$5.000.000,00 a título de remuneração de "royalties" do petróleo. Outra cidade, uma das maiores do Rio de Janeiro, o Município de Campos dos Goytacazes, com mais de 400 mil habitantes, recebe R\$80.000.000,00 por mês de "royalties" do petróleo. Nobre Deputado Ademir Lucas, Campos dos Goytacazes, só de "royalties" do petróleo, recebe mais do que a nossa cidade de Contagem recebe em seu Orçamento inteiro. O Orçamento de Contagem, hoje em torno de R\$700.000.000,00, é inferior ao que Campos dos Goytacazes recebe a título de "royalties" do petróleo. Isso é para ilustrar que Minas Gerais está perdendo a sua grande riqueza. Minas Gerais está sendo pouco valorizada naquilo que é o seu maior patrimônio, que são as riquezas minerais do nosso Estado. No seminário "Minas de Minas", temos de unificar e criar um grande movimento aqui, nas montanhas das Alterosas, para fazer pressão no Congresso Nacional, ao qual compete a deliberação, para modificarmos a legislação da CFEM.

Não é possível que os Municípios mineiros sejam tão mal remunerados por essa riqueza da forma como está sendo feito atualmente, por meio da legislação vigente. E não me digam que a CFEM já é cara aqui, no Brasil. Isso não é verdade. Os números mostram o contrário. Para se ter uma idéia, o Brasil, um dos países que tem maior riqueza mineral, remunera as riquezas do seu subsolo com a menor remuneração do mundo. Por exemplo, enquanto aqui recebemos 2% do valor líquido do seu faturamento, na Austrália, um dos maiores concorrentes do Brasil, quem explora minério paga de 5% a 7,5% sobre essa exploração; na Rússia, o percentual é de 4,8%; na Indonésia, é de 2,5%; na China e na África, é de 2%, mas sobre o bruto, e não sobre o líquido - aqui, no Brasil, é sobre o líquido, porque se desconta o transporte e o custo de produção -; no Canadá, é de 15 a 20% da renda tributável, ou seja, do faturamento, para remunerar a riqueza mineral. Isso é para tirar a máscara de que, no Brasil, a remuneração é cara. Muito pelo contrário, precisamos, sem dúvida alguma, reverter esse quadro e fazer com que o nosso minério de ferro, o manganês ou a bauxita sejam melhor remunerados e os Municípios possam ter uma remuneração mais digna.

Também chama a atenção o fato de que a mineração, em Minas Gerais, corresponde a quase 35% do PIB.

É um valor muito significativo. Existe um fato que merece uma profunda reflexão dos mineiros, do ponto de vista da extração do minério. Quando se retira o minério da terra, o valor correspondente ao PIB de Minas Gerais significa apenas 3% desse PIB. Isso porque aquele minério que é tirado na sua forma "in natura", em forma de "commodities", quando é exportado, nem sequer incide ICMS sobre ele. É a famosa Lei Kandir, em que para a exportação não se paga nada. O minério é retirado, vai embora para o Japão e para a China, e os Municípios sofrem com

suas crateras, buracos e barrancos, ficando apenas com 3% do PIB em termos de extração.

Agora, quando uma parte desse minério é processada, isto é, quando se agrega valor a esse minério, isso significa quase 30% do PIB de Minas Gerais. Então é isso que acontece quando se agrega valor ao minério, transformando-o num produto final, feito na siderurgia, como é o caso da Mannesmann, da Arcelor, e da Gerdau. Essa transformação faz com que se agregue valor ao produto. Então, de 3% do PIB, ao se agregar valor por meio da transformação industrial do produto, isso se multiplica por 10. Por isso digo que estamos perdendo uma oportunidade histórica de pegar a nossa maior riqueza, que é a riqueza que brota das nossas montanhas, e transformar esse produto em um produto industrializado e acabado na sua etapa secundária e terciária, justamente para agregar valor a ele. Isso significa que os Municípios poderiam ter uma maior arrecadação e o povo, uma vida mais digna.

É importantíssimo que, nesse seminário "Minas de Minas", todos os Municípios, os Prefeitos, as Prefeitas, os Vereadores, as Vereadoras, e a população em geral possam levantar a grande bandeira, que é a da defesa dos nossos minérios, a bandeira da defesa da nossa riqueza mineral, em prol de uma maior remuneração para que os Municípios possam ser também contemplados com essa riqueza, a fim de que o nosso povo e os nossos trabalhadores também possam ter uma parcela digna dessa riqueza, e não somente as mineradoras e as exportadoras do nosso minério. Então chamo a atenção do povo de Minas Gerais para que participe mais efetivamente das etapas regionais do seminário "Minas de Minas", já que a próxima etapa acontecerá na próxima quinta-feira, na cidade de Congonhas. Haverá também reuniões em Paracatu, Teófilo Ottoni, Governador Valadares, sendo que a etapa final desse seminário ocorrerá aqui, no Plenário desta Casa, nos dias 9 a 12/6/2008.

* - Sem revisão do orador.

Matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/5/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Vania Maria de Melo Navarro para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Júlio.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 10/5/08, que exonerou Daisy Daniela de Barros da Silva do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Laboratório de Análises Clínicas Humberto Abrão Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: abril de 2008 a abril de 2013. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.